

IMPORTÂNCIA DA CULTURA NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA JUVENTUDE GT 2 – CULTURA, TRABALHO E IDENTIDADE SOCIAL

Isaac Alexandre da Silva¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a importância da cultura na formação identitária da juventude, destacando a necessidade de sua efetivação enquanto política pública voltada para este segmento. Sendo este trabalho parte de um projeto de pesquisa (ainda em andamento) — intitulado “Pastoral da Juventude do Meio Popular: cidadania em pauta”, do mestrado em Educação Popular, da UFPB, na linha de Movimentos Sociais — que se propõe trabalhar com a juventude mais pobre, numa perspectiva emancipadora, o enfoque recairá, principalmente, sobre essa juventude, considerando-se a educação popular como um instrumento necessário à sua libertação. Partindo de uma abordagem qualitativa, no primeiro momento refletiremos sobre alguns olhares referentes à categoria juventude; depois, traremos à reflexão a relação cultura e identidade, e sua importância na formação identitária da juventude; e, por fim, discutiremos sobre a necessidade de políticas públicas de juventude, especialmente no campo da cultura, e a participação dessa juventude nesse processo. Como a pesquisa ainda está em andamento, serão apresentadas as impressões iniciais sobre os estudos ora realizados, incluindo-se aí uma breve revisão bibliográfica e alguns resultados parciais.

Palavras-chave: Juventude — educação popular — cultura.

APRESENTAÇÃO

A escolha por esta temática parte, em primeiro lugar, do reconhecimento da cultura como elemento significativo para a constituição das identidades juvenis; e em segundo lugar, de uma preocupação que há vários anos vem nos inquietando no nosso trabalho junto à juventude da Arquidiocese da Paraíba, ou seja, a negação cotidiana e sistemática de seus direitos de cidadania.

Neste sentido, esperamos com este texto contribuir com a luta pela ampliação do espaço público, de modo que a condição de igualdade — tanto nos planos econômico e social, como nos planos político e cultural — seja estendida também ao segmento juvenil.

Para isso, tomaremos como referência principal o nosso anteprojeto de mestrado, intitulado “Pastoral de Juventude do Meio Popular²: cidadania em pauta”, no qual buscamos investigar a contribuição desta pastoral no processo de organização, formação e articulação dos jovens do meio popular, da Grande João Pessoa³, no que diz respeito à sua participação na luta pela construção e efetivação de políticas públicas específicas para juventude.

Considerando esta opção de pesquisa pelos jovens mais pobres, é para eles que o nosso olhar

¹ Psicólogo, formado pela UFPB; Mestrando em Educação Popular, na linha de Educação e Movimentos Sociais, na UFPB (Fonte de financiamento: CAPES); (isakaco@yahoo.com.br).

² A Pastoral da Juventude do Meio Popular é uma pastoral da Igreja Católica que trabalha com as juventudes pobres das periferias e do meio rural.

³ A Grande João Pessoa é composta pelas seguintes cidades: João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e Cabedelo.

estará voltado com mais atenção neste trabalho, uma vez que com eles temos um caminho a percorrer e alguns desafios a enfrentar. Tais questões remetem a uma abordagem de cultura libertadora, na qual sejam considerados os valores e as reais aspirações desses jovens.

ALGUNS OLHARES SOBRE A JUVENTUDE

Em primeiro lugar, queremos dizer que o debate em torno das questões referentes à juventude nunca teve tanta visibilidade como estamos vendo agora. Seja através dos meios de comunicação, seja por meio das publicações ou das manifestações sócio-culturais, as demandas da juventude vão se evidenciando a cada dia e, conseqüentemente, forjando espaços específicos e legítimos de afirmação dos interesses e necessidades juvenis.

Neste sentido, sublinhamos a contribuição dos movimentos sociais populares, através dos quais a juventude tem travado as suas lutas por uma realidade melhor, o que tem gerado novos olhares sobre a sua condição, seus sonhos, desafios e perspectivas. De acordo com Abramo (2003, p. 22):

[...] a condição juvenil sofreu grandes transformações nas últimas décadas; hoje é difícil dizer que se resume à preparação para uma vida adulta futura: a juventude se alargou no tempo e no espaço social, e ganhou uma série de conteúdos próprios. Isto é, deixou de ser um momento breve de passagem, restrito às classes altas e médias, não só porque a educação foi largamente expandida, pois não é mais definida exclusivamente pela condição estudantil, mas por uma série de movimentos de inserção em diversos planos da vida social; inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/sexual, na produção cultural, na participação social etc.

Ou seja, a condição juvenil vem passando por um processo de ressignificação, no qual é imperativo o reconhecimento da polifonia e da “multiplicidade das juventudes e de suas interpretações” (FRAGA e LUIANELLI: 2003, p. 11) se assim se quer compreendê-la no contexto atual. Neste sentido, daqui a diante, quando falarmos sobre juventude fica subentendido que estamos tratando das juventudes, considerando a pluralidade de experiências vivenciadas no universo juvenil, “cada uma das quais caracterizada por formas de relacionamento, linguagens e regras específicas” (CARRANO 2000, p. 16).

Fazendo isso, evitamos cair no erro do reducionismo, o que tem sido uma constante em diversas análises sobre a juventude em tempos passados — desde a “influência da filosofia especulativa do século” XIX “às orientações empírico-experimentais que marcaram boa parte” do século passado. (Ibidem, p. 13). De acordo com Carrano, durante esse percurso “as pesquisas sobre a juventude transitaram por abordagens que se mostraram parcelares frente à complexidade social da questão da juventude” (Ibidem), ora centrando-se na dimensão biológica, ora na dimensão social ou na psicológica; o que tem contribuído para a construção de representações distorcidas sobre a juventude. Prova disso, são as análises simplistas — denunciadas por diversos autores, tais como Carrano, 2000; Fraga e Lulianelli, 2003; Souza, 1999 — que por tantas vezes têm associado a juventude à ameaça social, à violência e ao desvio, como um problema social a ser enfrentado.

Mas, o que é ser jovem então? Quais os critérios para se chegar a uma conceituação precisa sobre essa fase da vida humana? Esta tarefa não é fácil de se realizar, como parece à primeira

vista. Trata-se de uma construção sócio-histórica (FRAGA e LULIANELLI, 2003, p. 9) que varia de uma sociedade para outra, de acordo com as suas expectativas, associadas “paradoxalmente, à reprodução e à mudança social”. Ou seja, a juventude é concebida, ao mesmo tempo e lugar, tanto como um recurso de manutenção da ordem social vigente, como “um recurso do qual a sociedade dispõe e do qual se utiliza para modificar-se” (SOUZA, 1999, p. 23). Neste sentido, o “ser jovem” está sujeito às influências e, até certa medida, às determinações sócio-históricas que cada sociedade, em cada época lhes dispõe.

De acordo com Carrano (2000, p. 12) uma maneira muito comum utilizada para se compreender a juventude é enquadrá-la dentro de uma determinada faixa etária, e analisá-la de acordo com as características próprias desse tempo. Porém, como adverte este autor, “As idades não possuem um caráter universal. A própria noção de infância, juventude e vida adulta é resultante da história e varia segundo as formações humanas. Os estudos antropológicos nos mostram que os sentidos dos relacionamentos entre as gerações se distinguem nos tempos e espaços das sociedades”.

Nessa mesma direção, diz Dayrell (2000, p. 42) que mesmo que exista um caráter universal referente às transformações que ocorrem nos indivíduos de uma determinada faixa etária — como o amadurecimento biológico e as mudanças psicológicas que se realizam na vida de cada jovem — será “muito variada a forma como cada sociedade, em cada tempo histórico determinado, e, no interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representá-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos”. É o que diz também Souza (1999, p. 16) quando aponta como aspectos determinantes para a definição da juventude o “lugar e o tempo” onde os jovens se encontram e, conseqüentemente, “as condições” em que vivem.

Apesar disso, geralmente os organismos nacionais e internacionais, ao tratar das questões referentes à juventude, baseiam-se em um determinado recorte etário, seja para efeito de estudos estatísticos, ou para definição e implementação de políticas públicas específicas para este segmento, como para início do trabalho profissional e para a responsabilidade penal, dentre outros. Como exemplo do que estamos dizendo, trazemos à reflexão a condição juvenil que é defendida no “Projeto Juventude”⁴, no qual é estabelecida a faixa de idade de 15 a 24 anos. De acordo com esse projeto a condição juvenil seria idealmente:

[...] o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. A pessoa torna-se capaz de produzir (trabalhar), reproduzir (ter filhos e criá-los), manter-se e prover a outros, participam plenamente da vida social, com todos os direitos e responsabilidades. Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social⁵.

⁴ O “Projeto Juventude” é um amplo programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários sobre as questões referentes à juventude, organizado pelo Instituto Cidadania, em vários estados, no período de agosto de 2003 a maio de 2004.

⁵ Grifo do projeto.

Referente a esse discurso da “inserção social”, veremos mais adiante que ele não é traduzido na prática no que tange à juventude mais pobre. Constataremos um certo tipo de abandono por parte do poder público e, conseqüentemente, o surgimento de um sentimento de inutilidade de grande parte dessa juventude, sobretudo por não conseguir alcançar os seus objetivos. Vale ressaltar que esse sentimento de inutilidade não atinge a juventude em sua totalidade, por mais pobre que seja. Existe uma certa quantidade de jovens conscientes dos processos de exclusão e, por isso, se encontra engajada nas lutas coletivas em busca de superação desses processos.

Como se percebe, a literatura sobre a condição juvenil indica a existência de uma multiplicidade de experiências e interpretações, o que nos faz descartar a idéia de homogeneização do conceito “juventude”, “já que são muitas e diversas as formas sociais de conflito e solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório, e portanto provisório, para o estabelecimento de relações estáveis” (SOUZA, 1999, p. 23).

Diante disso, é importante ressaltar a influência que a cultura exerce na produção desse conceito (juventude), assim como na própria vivência e escolhas realizadas pelos jovens.

JUVENTUDE: CULTURA E IDENTIDADE

A partir dos estudos realizados, constatamos que o significado da condição juvenil tem a ver diretamente com o mundo cultural no qual os jovens vivenciam as suas experiências, seja no meio familiar, na escola, no trabalho, nas relações realizadas durante o tempo livre etc. Mergulhados nesse mundo cultural, os jovens vão se constituindo enquanto sujeitos por meio de experiências interativas nas quais compartilham seus valores, crenças, desafios, projetos, desilusões.

Trata-se de um processo dialético, ora harmonioso, ora marcado por tensões e conflitos, no qual as experiências juvenis vão se legitimando dentro da dinâmica sócio-cultural em que está inserida a juventude. Neste sentido, vale destacar que os contextos são diversos, e que a construção da identidade vai depender da qualidade das interações estabelecidas, bem como das condições disponíveis, o que nos leva a refletir criticamente sobre o lugar da juventude mais pobre no cenário atual, apontando para a necessidade de uma participação política mais efetiva nas lutas sociais por parte desse segmento. Faremos isso a partir de uma discussão em torno da cultura, uma vez que ela tem sido um dos canais mais utilizados para a interlocução com a juventude e por onde esta tem expressado as suas expectativas e esperanças, bem como a sua compreensão de mundo e de sociedade.

Reconhecendo a amplidão de dimensões que a categoria cultura abrange e, conseqüentemente, a impossibilidade de neste trabalho discuti-las com profundidade, priorizaremos, então, alguns elementos que consideramos necessários à compreensão do processo de identificação juvenil.

Iniciamos esse momento com o conceito de cultura proposto por Cool (2002), o qual, a partir de uma perspectiva de *diversidade cultural intercultural* concebe a cultura como algo que perpassa todas as práticas/experiências humanas, ou seja:

[...] é o conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas por meio dos quais uma sociedade afirma sua presença no mundo e garante sua reprodução e permanência no tempo. Ou seja, é um modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade, e não apenas as artes, o folclore e as crenças.

Como se percebe, o termo cultura se estende a tantas outras áreas, seja de ordem material ou simbólica, como a política, a religião, a ciência, a economia etc. Mas, desse conceito, interessa-nos analisar a parte que diz respeito à reprodução e à permanência da sociedade no tempo, particularmente o processo de transmissão cultural e a sua relação com a condição juvenil.

Dissemos anteriormente que cada sociedade cria suas expectativas em torno da juventude, procurando imprimir nesta, suas normas, valores, crenças, modos de comportamentos etc., vislumbrando através desse investimento a sua continuidade no tempo, como assim aparece no conceito expressado por Coll. Para isso, existem os processos educativos, formais ou não, através dos quais a juventude vai assimilando ou resistindo os/aos bens culturais que lhes são apresentados ou, por vezes, impostos. As realidades em que se realizam tais processos são as mais diversas e complexas possíveis, e mesmo numa única realidade, ou seja, num determinado contexto sócio-histórico é possível que diversos processos/experiências estejam acontecendo simultaneamente, o que favorece aos jovens alternativas múltiplas de identificação. De acordo com Carrano (2000, p. 19):

O processo de identificação ocorre num mundo de complexidade, de possibilidades e de escolhas que se efetivam como a adesão ou combate aos constrangimentos a que os sujeitos estão submetidos. O 'eu' é relacional e móvel, se redefinindo continuamente como resposta a uma dinâmica social que exige uma multiplicidade de linguagens e relações para a produção das identidades.

Tais questões encontram eco nas palavras de Mische (1997) quando esta expõe algumas dificuldades teóricas em torno da categoria "identidade". Para ela, "O problema principal é como reconciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa" (p. 139). Segundo esta autora, alguns pesquisadores do campo dos movimentos sociais estão buscando como saída para esse dilema a incorporação do trabalho de "análise de redes sociais", segundo o qual é enfatizado "o caráter relacional — em vez de puramente categórico ou atribucional — de identidades, baseadas em redes sociais" (Ibidem).

Embora reconheça o avanço que esses pesquisadores tenham dado no que tange ao entendimento "do caráter múltiplo e interativo de identidades", Mische argumenta que os resultados de seus trabalhos são insuficientes como respostas para as dificuldades que o conceito apresenta; pois ainda "sofrem de uma visão substancialista e determinista, vendo identidades como algo pré-existente nas relações sociais" (Ibidem). Para ela, é necessária a utilização de outros instrumentos de análise, que sejam mais flexíveis, menos estáticos e menos deterministas, de tal forma que possam "compreender o dinamismo, as contingências, e a multiplicidade das experiências e interações sociais" (Ibidem, p. 138). Neste sentido, Mische aponta alguns elementos que servem de suporte para a compreensão do conceito de identidade.

Em primeiro lugar, a autora discute a identidade sob o ponto de vista do “reconhecimento”, o qual é realizado a partir de alguns atributos, “como classe, gênero, raça, ou nacionalidade” (Ibidem, p. 139). Para ela, tais atributos indicam apenas “identidades *possíveis*, que se tornam visíveis, efetivas e relativamente ‘fixas’” somente quando passam pelo reconhecimento público, “dentro do que Pizzorno (1986) chama de ‘círculos de reconhecimento’” (Ibidem). De acordo com Mische (Ibidem), nesse conceito é abarcado “a dimensão intersubjetiva de redes sociais”, a exemplo da escola, do bairro, do trabalho, onde cada qual com seu repertório próprio de “reconhecimentos coletivos” torna visível “as dimensões específicas de experiências” que naquele círculo são consideradas importantes, dentre as diversas possibilidades “de conexões que poderiam ser feitas”. Daí, pressupõe a autora, a idéia de que a identidade não é determinada apenas pelos atributos e pela posição social, mas também pelas “experiências e orientações coletivas dentro de um contexto” que amplia os espaços para outras formas de reconhecimento.

A identidade é tratada também por Mische sob o ponto de vista da “experimentação”. Para ela, as experiências realizadas no tempo da juventude exercem uma forte influência na formação das identidades juvenis, haja vista que este período é um período sensível às constituições identitárias. É um tempo em que as pessoas experimentam várias expressões públicas, procurando reconhecimento no meio de diversos ‘círculos’ (ou redes): família, colegas, escola, trabalho, atividades de lazer e, às vezes, atividade política”. Nesse tempo são firmados “compromissos (ainda que provisórios) com laços sociais e significados coletivos”, que influenciarão na realização de opções por toda a vida.

A identidade, sob o ponto de vista da “orientação”, é outra questão que Mische discute em seus trabalhos. Neste item, a autora defende a idéia de que as identidades são necessárias aos indivíduos como mecanismos de orientação, que servem “para dar direção e forma à ação futura” (MISCHE, 1997, p. 140). Para Emirbayer e Mische (apud, MISCHE, 1997, p. 140) as identidades são mobilizadas como suporte para atender aos “projetos emergentes dos atores, pelos quais eles tentam resolver conflitos e criar novas oportunidades de ação”.

Essa noção transcende as determinações, seja de grupo, de categoria ou de classe, uma vez que as identidades são mobilizadas de forma seletiva, de maneira que os jovens “têm algum espaço de escolha, manobra e, às vezes, invenção de caminhos e direções de vida”. As experiências cotidianas e o contato com diversos projetos e identidades abrem um leque de possibilidades para que os jovens façam suas escolhas, o que muitas vezes resulta “em uma fusão de múltiplos “projetos-em-formação”, cristalizados numa dada identidade social” (Ibidem).

Neste sentido, é importante dizer que em cada época, cada sociedade tem mantido um “diálogo” distinto com a juventude, sendo esta “colocada no palco de relações consigo mesma e com outras gerações que representavam a cristalização de normas, valores e expectativas” Souza (1999, p. 22). Essas relações com outras gerações, em muitos casos, são marcadas por tensões e resistências, já que são contextos e épocas diferentes que se encontram e se estranham.

Advogando em defesa da juventude, entendemos que tal estranhamento se dá, sobretudo, devido a sua pouca ou nenhuma participação na construção da dinâmica social na qual está

inserida. Como diz Dayrell (2003, p. 43), quando cada jovem nasceu, “a sociedade já tinha uma existência prévia, histórica, cuja estrutura não dependeu desse sujeito, portanto, não foi produzida por ele”. Logo, é compreensível que nessas experiências relacionais alguns elementos não sejam compartilhados por determinados grupos juvenis, o que não impede que outros grupos se apropriem dos mesmos, por se adequarem ao seu quadro referencial.

Como diz Laraia (1986, p. 82), “A participação do indivíduo (ou de um determinado grupo) em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura”. Quanto a isso, acreditamos que além do fato da resistência há algo que a juventude não participou enquanto sujeito de sua construção, apontamos também as precárias condições de acesso, quando se tem, aos bens culturais que alguns grupos juvenis estão submetidos. Essa questão remete a uma discussão, que faremos posteriormente, sobre as políticas públicas para a juventude.

Embora incidentes aconteçam quando gerações diferentes se relacionam, colocando-se à prova valores, modos de comportamento, visão de mundo etc., tal experiência é importante e necessária, tanto para a continuidade existencial da sociedade como dos próprios indivíduos da relação. Desse processo, espera-se da juventude o desempenho de um papel muito significativo, ou seja, o de ser “um *elo* necessário do presente com o passado, porque transita de um tempo para outro e porque assimila um conteúdo atribuído pelo tempo e lugar que na história pode ou não permanecer como transformador. Seu conceito deve ser formulado dentro de uma concepção de que o tempo incorpora e atribui propriedades aos jovens que são, ora mais, ora menos, elementos *mediadores* de um processo civilizatório contraditório e conflitivo” (SOUZA: 1999, p. 25).

Porém, não podemos ter a presunção de que “ser um elo” significa garantia de que a história da sociedade terá uma continuidade linear, ainda mais atualmente quando o uso das novas tecnologias da comunicação torna mais intensos os processos interativos, fazendo com que culturas diversas se encontrem e compartilhem seus modos de existência, o que, conseqüentemente pode provocar rupturas e redefinições. De fato, os intercâmbios culturais, alargados pelas mudanças tecnológicas, podem dar um novo rumo às perspectivas históricas e ideológicas, colocando em questão determinados referenciais que, até então, gozavam de uma legitimidade quase que natural.

E aqui fazemos o reconhecimento da diversidade cultural como uma realidade que, pouco a pouco, vai se fazendo presente na vida da juventude, tornando-a mais humana e mais aberta para o acolhimento do “outro”, com todas as suas potencialidades e contradições. Por isso, assim como Coll (2002, p. 40), afirmamos a diversidade cultural como “expressão real da criatividade humana mais profunda, que procura construir-se e situar-se em determinado ponto do tempo e do espaço e sem a qual *ser pessoa* não faz sentido. A diversidade cultural é a expressão da vontade de ser, a configuração da realização de uma vida plena e em comunhão com toda a realidade”.

Entretanto, esta perspectiva não faz sentido em um contexto em que a juventude é impedida de ser (FREIRE, 1987), no qual prevalece uma relação de favor e de dependência, a não ser que se tenha como horizonte uma “ação cultural para a liberdade” (FREIRE, 1979) e para a humanização das pessoas em relação. Atingir esta meta (da humanização) é uma necessidade

que se impõe a qualquer cultura/sociedade que vislumbra na juventude a sua continuidade e regeneração, o que não acontecerá plenamente enquanto houver “situações limites” em que a juventude se encontra quase que “coisificada” (FREIRE, 1987).

Neste sentido, é imprescindível o exercício da crítica à educação capitalista, a qual, historicamente, tem sido utilizada pelas elites dirigentes como um meio de dominação ideológica e de fortalecimento das situações de mistificação da realidade social. De acordo com Freire (1987), essa perspectiva de educação, geralmente tem se apresentado livre de valores, defensora de uma suposta neutralidade no processo de apreensão da realidade. Nas palavras de Garcia (p. 9), através desse tipo de educação, apenas a história dos vencedores é contada, e por meio dela são transmitidos os seus valores, as suas crenças e as suas prescrições.

Críticas também não faltam quanto ao uso dos meios de comunicação social por parte dos grupos dominantes, que através desses instrumentos têm exercido o controle e a vigilância sobre as camadas mais pobres. No caso da juventude, que é um dos segmentos mais atingidos por esses meios, percebemos assim como Freire (1992) que a propaganda ideológica e a “sloganização” política têm contribuído para o desconhecimento tanto de como a sociedade funciona como dos mecanismos utilizados para geração e manutenção das desigualdades sociais, das quais são vítimas.

Essas questões remetem ao debate que Cuche (1999, p. 143) faz sobre as “hierarquias sociais e culturais”. Segundo esse autor:

As culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social. Pensar que não há hierarquia entre as culturas seria supor que as culturas existem independentemente umas das outras, sem relação umas com as outras, o que não corresponde à realidade.

De fato, a existência das culturas dominante e dominadas/oprimidas, assim como as relações entre elas têm sido um tema considerado relevante em vários estudos e pesquisas. No trabalho que estamos realizando também não é diferente, uma vez que à juventude é exercida uma acentuada pressão cultural, segundo a qual são ditados, sistematicamente, modos de comportamento, valores, ilusões de consumo etc.; o que pode resultar, em muitos casos, em uma conformação à situação de desumanização e, talvez pior, em uma introjeção profunda dos valores e idéias do “outro” — neste caso, o opressor/dominante — como sendo seus (FREIRE, 1987).

Essa situação desafia a todos aqueles que lutam pela emancipação da juventude, exigindo de cada um, um empenho redobrado no sentido de criar condições para que os jovens possam “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (FREIRE, 1996, p. 46).

Enfim, todas as questões levantadas até aqui, expressam um pouco a representação que temos sobre a juventude e fornece alguns elementos para uma compreensão mais crítica e contextualizada de seus processos de identificação, de modo a evitar idéias pré-concebidas e

julgamentos inadequados a seu respeito.

No item a seguir, discutiremos um pouco sobre a realidade na qual está inserida a juventude com quem trabalhamos e a sua participação na luta pela elaboração e efetivação das políticas públicas.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO JUVENIL

No trabalho que realizamos junto à juventude da Arquidiocese da Paraíba, temos percebido que geralmente as suas lutas giram em torno da resistência às condições de vida que lhes são impostas pelos setores dominantes, implicando em uma busca intensa pela efetivação da cidadania. Nesta busca, há uma assimilação crítica das questões referentes aos processos de exclusão e uma consciência de que é necessário participar coletivamente da luta política para que tais processos sejam superados. Para isso, existem os processos formativo e de mobilização, através dos quais a juventude vai “pronunciando o seu mundo” e criando meios para torná-lo mais bonito (FREIRE, 1987). Essa tarefa não é fácil, haja vista as adversidades cotidianas em termos de acesso e distribuição dos bens coletivos, questões que denunciam a ausência desse segmento na composição de forças do Estado. Para situar um pouco essas questões que estamos discorrendo agora, exporemos em seguida alguns acontecimentos que têm contribuído para o agravamento dos problemas que atualmente afligem a juventude.

Recentemente, há pouco mais de trinta anos, tem se iniciado um intenso processo de transformações nos campos social, econômico, político, cultural, científico e tecnológico. Tais transformações se originaram como um conjunto de respostas à crise capitalista mundial, que teve o seu início nos primeiros anos da década de 70 (BIANCHETTI, 1996). A partir dessas transformações, obteve-se um avanço considerável nos campos da ciência e da tecnologia, e conseqüentemente, o desenvolvimento da racionalidade capitalista, o que significou, por um lado, um aumento considerável da produtividade e uma apropriação indébita do excedente dessa produtividade pelos setores dominantes; por outro lado, resultou, dentre outras questões, em uma redução de trabalhadores no processo produtivo (desemprego estrutural) e na precarização do trabalho (RAMOS, 2001). Essas questões, compreendidas dentro do processo de reestruturação produtiva capitalista, atingiram negativamente as organizações coletivas dos trabalhadores, que, progressivamente, tiveram que redirecionar a sua luta, agora sob novas formas.

Como agravante dessa situação, apontamos ainda o redirecionamento político-econômico do Estado (BIANCHETTI, 1996) que, progressivamente, vem diminuindo os seus serviços de proteção social, claramente percebido nas políticas de privatizações e no desmantelamento de suas instituições. Essas medidas fazem parte do ideário neoliberal, o qual vem ameaçando as soberanias nacionais e impondo aos países mais pobres (principalmente) os interesses e os privilégios dos grandes grupos transnacionais e dos países centrais. Não podemos deixar de responsabilizar também as elites locais, que compactuam com esse sistema de dominação, o que nos leva ao entendimento de que estamos diante de um modelo de Estado distante dos anseios da sociedade, inoperante, que não cumpre com as suas funções sociais.

Acrescente-se a tudo isso os tantos e tantos casos de corrupção, de clientelismo, de corporativismo etc. que têm assolado o país, naturalizando um tipo de relação social baseada

na dependência e no favor. Concordando com Chauí (1996, p. 54), estamos inseridos em “uma sociedade na qual as leis sempre foram armas para preservar privilégios e o melhor instrumento para a repressão e a opressão, jamais definindo direitos e deveres. No caso das camadas populares, os direitos são sempre apresentados como concessão e outorga feitas pelo Estado, dependendo da vontade pessoal ou do arbítrio do governante”.

Daí, a deteriorização das políticas públicas, daí também um acúmulo de conflitos e contradições que refletem a falta de condições mínimas para que as pessoas possam desenvolver as suas potencialidades. Como ilustração dessa situação, citamos os ínfimos espaços de cultura e de lazer, voltados para a juventude mais pobre, o que demonstra um descaso desmedido por parte do poder público, que não se interessa em mobilizar ações efetivas que atendam, satisfatoriamente, às demandas desse segmento.

Neste sentido, Brenner, Dayrell e Carrano (2005), a partir de uma pesquisa sobre juventude, de âmbito nacional, chegaram ao entendimento de que os jovens dos setores populares são os que apresentam uma maior dificuldade de participar das atividades e dos equipamentos culturais disponíveis. Para esses autores deveria haver um investimento mais intenso para que tais iniciativas fossem mais democratizadas, uma vez que este segmento é um dos segmentos mais vulneráveis e, por isso, deveria ser privilegiado na agenda das políticas públicas.

Nessa pesquisa consta que 88% dos jovens consultados nunca participou de projeto cultural algum, seja ofertado pelo poder público ou por alguma ONG. Essa realidade se confirma em uma outra pesquisa, realizada pelo IBGE, quando buscou investigar, nos 5.560 municípios brasileiros, a infra-estrutura referente a 17 equipamentos culturais (BRENNER, DAYRELL E CARRANO 2005, p. 178). Como exemplos da realidade constatada nessa pesquisa, trazemos alguns itens observados por esses autores, veja: dos municípios investigados, apenas em 43%, existe livrarias; os teatros e os cinemas estão presentes em 19% e 8%, respectivamente; e a televisão a cabo em 7%. Tais exemplos indicam que os equipamentos culturais são temas desprestigiados na pauta das políticas governamentais, apesar de representarem dimensões importantes e que mais interessam à juventude (ABRAMO, 2001).

As críticas aqui levantadas não se restringem apenas à carência dos espaços de cultura e lazer ou ao mau funcionamento e acesso aos equipamentos culturais ora existentes. Além disso, as críticas se dirigem também ao tipo de cultura que, hegemonicamente, é difundida à juventude, seja através dos meios de comunicação de massa, da educação etc. Utilizada como um instrumento de dominação e alienação (MARTINS e GULLAR, 1983), este tipo de cultura (inautêntica) contribui para a reprodução da ordem social, submetendo a juventude/oprimida às prescrições dos grupos dominantes/opressores (FREIRE, 1987). Trata-se de um processo de manipulação e controle, no qual é forjada nos jovens uma falsa identificação com os valores e as idéias dominantes. Neste processo, escamoteia-se as contradições, se oculta a dominação e em nome da “paz” busca-se uma convivência “harmoniosa”.

Imersa nesse processo, grande parte da juventude não consegue discernir a ideologia subjacente ao mundo cultural que a envolve, nem tampouco consegue visualizar a quem e/ou contra quem serve tal tipo de cultura. Como diz Scocuglia (2001, p. 68), parafraseando Paulo Freire, “A problemática fundamental do oprimido e da construção de uma pedagogia (hegemonia) a ser formulada “com” ele, concentra-se na “hospedagem” dos

valores/interesses/necessidades dos opressores na sua consciência, o que impediria a real percepção de subalternidade na qual se encontra e a tomada de posição em sentido contrário”.

Essa realidade demanda um modelo de educação libertadora, na qual os jovens possam desenvolver uma consciência crítica da realidade que lhes desafia, e, conseqüentemente, assumir a sua posição de sujeitos no mundo em que vivem. Neste sentido, concordando com Freire (1982, p. 109s), percebemos a conscientização como uma possibilidade histórica e necessária à práxis libertadora, na qual os jovens, através de uma autêntica educação popular, vão descortinando a realidade e se percebendo como sujeitos capazes de intervir criticamente nela, buscando superar a cultura de dominação:

Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe social explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subseqüente ação no processo daquela luta.

Nessa perspectiva se inscreve a Pastoral da Juventude do Meio Popular, como uma força política juvenil transformadora, que desde a sua origem tem se dedicado à juventude mais pobre, no sentido de criar meios para o desenvolvimento de uma consciência crítica de seus direitos de cidadania. Percebemos que nos lugares onde esta pastoral consegue se organizar, algumas conquistas são atingidas, chegando a ponto de, em determinados locais e em parceria com outros movimentos sociais populares, alterar significativamente as estruturas sociais vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que vimos e discutimos neste texto, percebemos que as condições que se tem não favorece aos jovens, particularmente dos setores populares, uma construção identitária condizente com as suas reais aspirações, o que implica em uma necessidade de se desenvolver ações que, de fato, possam gerar políticas públicas específicas para este segmento. Implica também em uma outra necessidade maior, que a da construção de um projeto de sociabilidade alternativo, diferenciado da ordem social capitalista, que seja voltado para a transformação da realidade que foi apresentada. Essa necessidade vem perpassando a nossa história e nos desafiando para um compromisso sócio-político com a luta pela “ruptura da ordem dominante” e pela “quebra da hegemonia do poder das elites” (GOHN, 2002 p. 171), condições que são fundamentais para instauração da sociedade que pretendemos forjar. O caminho percorrido até aqui permite-nos dizer que essa conquista não é fácil e que o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a realidade — e a sua transformação —, especialmente por parte da juventude, também não; porém, reconhecemos que processos de luta vêm se desencadeando no meio juvenil, e, conseqüentemente, vêm ampliando os espaços simbólicos por onde as interações se realizam.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. **Juventude e cultura**. In: Cartilha Dito e feito. São Paulo. No. 4, 2001.

- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Col. Questões da Nossa Época).
- BRENNER, Ana K.; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo C. R. **Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros**. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. M. (Orgs.) São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 175-214.
- CARRANO, Paulo César R. **Juventudes: as identidades são múltiplas**. In.: Movimento: Revista da Faculdade de Educação da UFF. Niterói, n. 01: DP&A editora, maio, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Compromisso e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- COLL, Augustí N. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. São Paulo: Instituto Polis, 2002. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 2).
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas; N. 24; p. 40-52; set., out., nov., dez; 2003.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- GONH, Maria da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTINS, Carlos E.; GULLAR, Ferreira. **A questão da Cultura Popular: tentativa de conceituação**. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 15-31.
- MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos: redes jovens e participação política**. In. **Revista Brasileira de Educação**. Nos 5/6; p. 134-150; mai./jun./jul./ago./1997; set./out./nov./dez.;1997.
- PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão: versão inicial para discussão, complementação e ajustes**. Instituto de Cidadania. São Paulo, 2004.
- GARCIA, Regina L. **Movimentos sociais — escola-valores**. In. _____ (Org.) **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 3 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2001, p. 65-96.
- VERÁS, Roberto. **Notas sobre educação participativa em um contexto de mudança social**. In: GARCIA, Regina L (Org.) **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.